

A atuação da Base Industrial de Defesa na logística e na mobilização militar

Willian Carlos Costa da Silva*

Introdução

A *Mobilização Nacional* consiste em um instrumento legal, decretado pelo presidente da República, para obter recursos para complementar a logística nacional, visando à defesa da nação, em caso de agressão estrangeira (BRASIL, 2015). Ou seja, tudo o que for necessário para que a logística nacional seja realizada em prol do trabalho das Forças Armadas (FA) é considerado.

Assim, a capacidade dessa mobilização pode ser compreendida como uma estratégia que visa a enriquecer a efetividade e

complementar a logística das FA, pelo emprego de meios civis, utilizando o conceito de logística nacional, consoante ao Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB. (BRASIL, 2016, p. 20)

Segundo Jerônimo (2018), as nações tendem a fornecer para as suas FA equipamentos de emprego militar que sejam coerentes com a realidade do combate atual. A capacidade de mobilização está

intimamente associada ao grau de independência tecnológica e logística do país, da capacidade de mobilização nacional e da capacidade do pronto emprego

dos recursos e serviços colocados à sua disposição. (BRASIL, 2016, p. 20)

Em relação ao mercado nacional de defesa, o país encontra muitas dificuldades no que diz respeito aos recursos da classe V, que engloba explosivos e munições. Nota-se que esse setor não se encontra aquecido, tendo em vista que esse mercado necessita de grandes investimentos financeiros e carece de apoio público e privado. Essa questão pode ser um grande problema para as FA, particularmente quando se busca no mercado nacional adquirir produtos bélicos (LESKE, 2015).

A indústria de defesa brasileira teve seu auge entre 1970 e 1990. Nesse período, o mercado nacional conseguiu suprir as demandas das FA e também fazer exportações. Devido à falta de planejamento e investimentos, somada a questões externas, na década de 1990, houve, no entanto, um grande declínio desse mercado (ANDRADE; FRANCO, 2015).

Nesse contexto, essa falta de investimentos torna-se um grande problema, que afeta toda a cadeia. No que tange à Base Industrial de Defesa (BID), torna-se imperioso para um Estado soberano efetivamente ter uma BID desenvolvida e com plena capacidade de atender a suas demandas. Assim, tem-se o dilema que as nações em desenvolvimento enfrentam em produzir

*Cap Int (AMAN/2013, EsAO/2022). Possui o Curso Básico Paraquedista (CIPqdt/2012). Tem experiência na área de logística militar com ênfase em suprimento. Atualmente, serve na 16ª Base Logística.

tecnologias próprias de defesa, buscando a independência das potências mundiais, não sendo apenas consumidoras de produtos de defesa.

Sabe-se que o Brasil tem vocação para uma liderança regional e, nesse contexto, cabe enfatizar que a nação já optou pela sua independência tecnológica no setor de defesa, sendo a execução dessa escolha lenta e gradual (JERÔNIMO, 2018). Dessa forma, justifica-se compreender qual a atual capacidade logística e de mobilização da BID brasileira, uma vez que esse assunto impacta diretamente o Exército Brasileiro (EB), no tocante à obtenção de materiais e equipamentos no mercado nacional, em alinhamento com a ação estratégica.

Desenvolvimento

Processo de mobilização militar

Kriedberg (1955), ao analisar as mobilizações militares do Exército Americano de 1775 a 1945, define *mobilização* como a montagem e organização de tropas, material e equipamentos para o serviço militar ativo em tempos de guerra ou outras emergências nacionais. Assim, a mobilização militar compõe uma das estratégias da defesa nacional, sob o comando das FA.

Para Jerônimo (2018), a Política Nacional de Defesa (PND), no Brasil, leva em consideração fatores internos e externos, especialmente os externos, para programar um cenário de prospecção, diretamente vinculado ao posicionamento adotado pelo país diante da sua defesa nacional.

Para o autor, os principais posicionamentos estratégicos adotados pela defesa nacional brasileira são: a priorização dos investimentos em ciência, tecnologia e inovações; e a promoção da participação efetiva da mobilização nacional, esta composta pelos recursos humanos, capacidade industrial e infraestrutura (JERÔNIMO, 2018).

A mobilização militar, então, trata da alocação das FA em prol da defesa nacional. O que, muitas vezes, ocorre de forma emergencial. Esse fato demonstra a importância de se possuir um eficiente efetivo de prontidão, de modo a

suprir necessidades emergenciais, sem que se coloque em risco a integridade da segurança nacional diante de possíveis conflitos internos ou externos (LAMELLAS, 2019).

É sabido que as forças militares de países desenvolvidos trabalham com um alto potencial de efetivo dos recursos de prontidão, ou seja, dos recursos estocados como suprimentos emergenciais, bem como de uma ampla cadeia de ressuprimentos de emergência. Para Negris (2019), isso é necessário para um preparo das FA em prol da proteção da segurança nacional, preparando-as para uma mobilização militar eficiente diante de instabilidades que possam colocar em risco o país.

Assim, como em outros países, o Brasil adota regras e disposições internas, aplicáveis ao contexto da defesa nacional, sob o uso da sua soberania estatal. No que concerne aos comandos da Política Nacional de Defesa, dentre a Estratégia Nacional de Defesa, pode-se extrair apontamentos vinculados à mobilização militar.

Desses apontamentos, destaca-se a capacidade de mobilização nacional, que tem como objetivos, dentre outros, complementar a logística das FA, pelo emprego de meios civis, utilizando o conceito de logística nacional, consoante ao Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). A mobilização deverá considerar todas as capacidades de que dispõe o país (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), devendo ser dada especial atenção ao preparo dessas capacidades, visando ao seu emprego de forma célere, eficiente e eficaz, considerando que o “fator tempo” é crítico para os resultados de um conflito armado.

O estudo de Negris (2019) destaca que a mobilização de efetivos sempre apresentou dificuldades diante de ações pretéritas desempenhadas pelo EB, decorrente de incapacidade de logística, transporte, indisposição de suprimentos e outros fatores. A mobilização de tropas, de acordo com o referido autor, foi um dos principais desafios encontrados pela Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A má gestão e planejamento do emprego dessas variáveis logísticas podem gerar a perda de capacidade da Força em se manter operante de maneira eficiente e eficaz em tempo de guerra ou de não guerra (NEGRIS, 2019, p. 14-15). Assim, compreende-se que uma das problemáticas enfrentadas pela mobilização nacional em diversos períodos históricos foi, justamente, o aporte contínuo e ininterrupto das classes de suprimento.

Base Industrial de Defesa (BID)

Entre as décadas de 1970 e 1990, foi constatado o melhor momento da indústria de defesa brasileira. Nesse período, o país chegou a fazer exportações de veículos e armamentos, além de suprir a demanda nacional. Foram produzidos veículos blindados modelos Cascavel, Urutu e Jararaca, fabricados pela empresa Engenheiros Especializados S/A (Engesa), o sistema de artilharia de foguetes Astros II, fabricado pela Avibras Indústria Aeroespacial, e as aeronaves militares Tucano e Xingu, da Embraer (MORAES, 2012).

Para um bom e efetivo funcionamento dessa indústria, contudo, o mercado externo tinha um papel fundamental nessa engrenagem, especialmente no que se refere a questões econômicas para sua sustentabilidade. Esse mercado foi impactado de forma considerável com a queda vertiginosa da demanda mundial por armas, cenário que se deu no início da década de 1990, inviabilizando a saúde financeira de empresas da BID, devido ao alto custo de sua produção, e, conseqüentemente, uma baixa demanda.

A maioria das empresas da indústria de armamentos enfrentou períodos de recessão, devido às condições gerais prevalentes no mercado, caracterizadas, de um lado, por excesso de oferta (causada pela superprodução e pela grande capacidade produtiva montada durante os anos da Guerra Fria) e, de outro, pela demanda enfraquecida (dada a ausência da necessidade de os países acumularem estoques muito elevados de armamentos, no pós-Guerra Fria).

As transformações estruturais do comércio internacional de armamentos, após a queda do Muro de Berlim e a extinção da URSS, foram bastante significativas (STRACHMAN; DEGLIESPOSTI, 2010). Desde 2005, no entanto, voltou a ganhar força um apoio maior à indústria nacional de defesa, sendo o tema pautado por integrantes do governo brasileiro. Nesse mesmo ano, o Ministério da Defesa (MD) implementou a Comissão Militar da Indústria de Defesa (CMID), órgão que tinha como intuito mediar a relação entre governo e indústria bélica.

Ainda no mesmo ano, por meio do MD, foi aprovada a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), que instituiu diretrizes designadas a fomentar essa indústria. No mesmo período, por intermédio da nova Política Nacional de Defesa (PND), foi ressaltada a importância de promover uma revitalização da Base Industrial de Defesa, diferente da anterior aprovada em 1996, que não buscava enfatizar a relevância do tema (FILHO, 2015).

No ano de 2008, foi criada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que deliberou o complexo industrial de defesa como um dos Programas Mobilizadores no tocante a aspectos estratégicos, e, no fim desse mesmo ano, a Estratégia Nacional de Defesa (END) determinou a revitalização da Base Industrial de Defesa, como um dos três pilares essenciais para a reestruturação da defesa do país.

Somado a uma reforma das FA, bem como de suas políticas relacionadas à composição dos efetivos, ainda, segundo Moraes (2012, p. 10), no ano de 2011, um outro projeto denominado “Plano Brasil Maior foi criado, o qual deu continuidade à PDP, assim como à Medida Provisória nº 544, com medidas de incentivo às empresas nacionais de produtos de defesa”.

Percebe-se que a reestruturação da indústria brasileira de defesa é um projeto que vem ganhando força, somada aos instrumentos legais que, nas últimas décadas, foram aprovados com o objetivo de dar maior apoio a esse mercado, em vista sua importância estratégica. Os aspectos relacionados à importação de equipamentos militares para as FA é um tema que tem sido foco de inúmeros debates realizados por militares, bem como por técnicos do governo, parlamentares, acadêmicos, empresários desse mercado e pelo MD.

De acordo com Souza (2018), muitos indivíduos entendem que a obtenção de equipamentos bélicos pelas FA precisa ter como foco sua aquisição por meio da BID, deixando as importações em segundo plano, ou seja, priorizando o mercado nacional. Dada a relevância dos Estados Unidos (EUA), Rússia e China, existe, entretanto, em termos internacionais, certa tendência para a obtenção desse tipo de material com esses países.

Conclusão


Mediante as questões apresentadas nesta pesquisa, considera-se que, em relação à necessidade de mobilização militar, o mercado nacional detém plenas condições logísticas para a produção de material bélico, com algumas ressalvas legais, que precisam ser revistas em prol da facilitação dos processos de requisição e aquisição entre as empresas da BID.

Por isso, levando em conta que é a defesa nacional que impulsiona o setor, os meios logísticos de aquisição e obtenção perpassam, necessariamente, por especificações orçamentárias no país e, por isso, dependem de aprovação legislativa. Nesse sentido, os principais documentos que estabelecem as capacidades orçamentárias são o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa Nacional (PAED) e o Orçamento de Defesa, ambos de responsabilidade conjunta entre o MD e as FA.

Nessa ótica, é imprescindível a adoção de medidas estratégicas que revertam as dificuldades existentes

que desestimulam o crescimento do mercado bélico interno, a exemplo da tributação entre os entes federativos, que acaba por onerar os valores dos produtos. Por esse ponto de vista, verifica-se a necessidade de ampliar os investimentos financeiros com vistas a suprir sobretudo as dificuldades para aquisição de produtos classe V, por exemplo.

Fomenta-se, ainda, uma maior eficiência na gestão e planejamento do emprego das variáveis logísticas e no aporte contínuo e ininterrupto das classes de suprimento – a fim de aumentar a capacidade da Força em se manter operante de maneira eficiente e eficaz em qualquer situação – e na possibilidade de se envidar esforços na busca de soluções para um possível sucesso na ampliação do potencial bélico no que tange à produção de produtos não letais.

Por fim, ressalta-se, mais uma vez, a importância de promover uma revitalização da Base Industrial de Defesa e fomentar medidas de incentivo às empresas nacionais de produtos de defesa com vistas a valorizar o mercado interno em detrimento das importações. 

Referências

ANDRADE, I. O.; FRANCO, L. G. A. A indústria de defesa brasileira e a sua desnacionalização: implicações em aspectos de segurança e soberania e lições a partir da experiência internacional. **Boletim de Economia Internacional**, n. 20, 2015. Ipea. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5903/1/BEPI_n20_ind%C3%BAstria.pdf. Acesso em: 27 set 2022.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Manual de Mobilização Militar**. Brasília: MD, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/logistica_mobilizacao/md41a_ma_02a_manuala_mobilizacao_militara_2a_eda_2015.pdf. Acesso em: 27 set 2022.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa – Minuta**. Brasília: MD, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/ptbr/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa. Acesso em: 26 set 2022.

DEUTSCHE WELLE. **Qual o real poderio militar da Rússia?** G1. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/qual-o-real-poderio-militar-darussia.ghtml>. Acesso em: 27 set 2022.

FILHO, C. I. O. **A situação atual da indústria de defesa nacional**: desafios enfrentados pelo setor de simuladores de emprego militar. 2015. p. 94 f. Monografia (Pós-MBA lato sensu em Gestão Internacional). Escola de Guerra Naval – COPPEAD UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/578/1/CPPEM15_MONO_CEL_OLIVEIRA_COPPEAD.pdf. Acesso em: 27 set 2022.

JERÔNIMO, L. **A atual situação da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira**. 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4016/1/MO%206033%20-%20JER%C3%94NIMO.pdf>. Acesso em: 27 set 2022.

KREIDBERG, M. A. **History of military mobilization in the United States Army**. P. VI, 1955. Disponível em: encurtador.com.br/IJLV7. Acesso em: 27 set 2022.

LAMELLAS, J. R. P. **Programas estratégicos do Exército – Impactos orçamentários afetando a capacidade dissuasória brasileira**. 2019. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/820>. Acesso em: 28 set 2022.

LESKE, A. D. C. Interação, inovação e incentivos na indústria de defesa brasileira. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 1, p. 33-56, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica/hoje/article/view/3731/0>. Acesso em: 26 set 2022.

MORAES, R. F. **A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010**. Econstor. 2012. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/90954/1/719090660.pdf>. Acesso em: 27 set 2022.

NEGRIS, P. X. C. **100 anos do serviço de intendência: uma revisão do apoio logístico em operações militares**. 2019. 23 f. Trabalho Acadêmico (Especialista em Ciências Militares). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5089/1/Artigo-Cap%20Xafic.pdf>. Acesso em: 28 set 2022.

SOUZA, R. G. **Crise e retomada da indústria de defesa**. 2018. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais). Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riui/3772>. Acesso em: 28 set 2022.

STRACHMAN, E.; DEGLIESPOSTI, E. H. B. **A indústria de defesa brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa**. Ensaio FEE, v. 31, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaio/article/view/2270>. Acesso em: 28 set 2022.